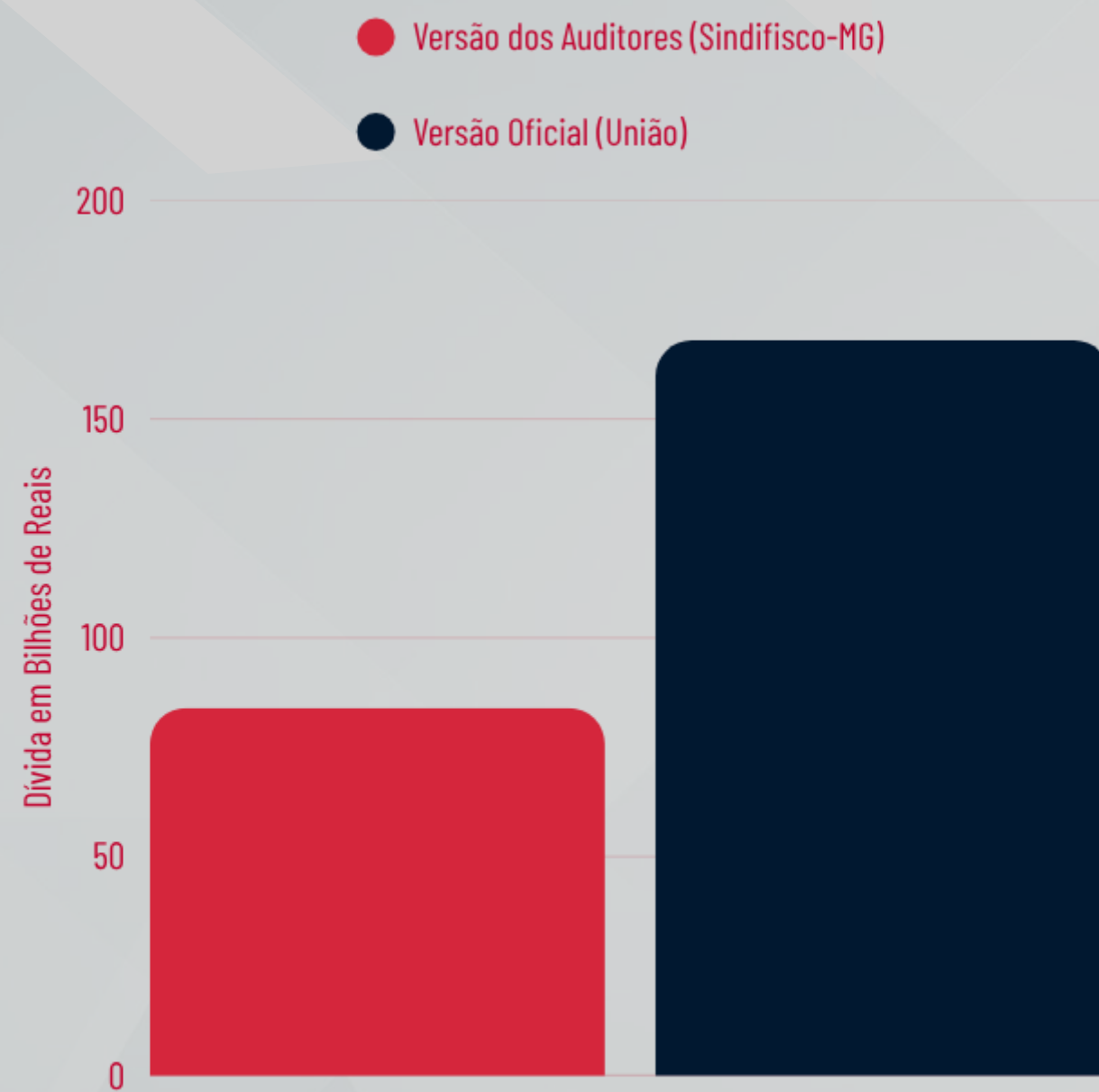


O ETERNO PROBLEMA DA DÍVIDA MINEIRA COM A UNIÃO

**NEPAD — NÚCLEO DE ESTUDOS PARA AUDITORIA DA DÍVIDA
DE MINAS GERAIS COM A UNIÃO**



Fontes: Tesouro Nacional; Sindifisco-Mg

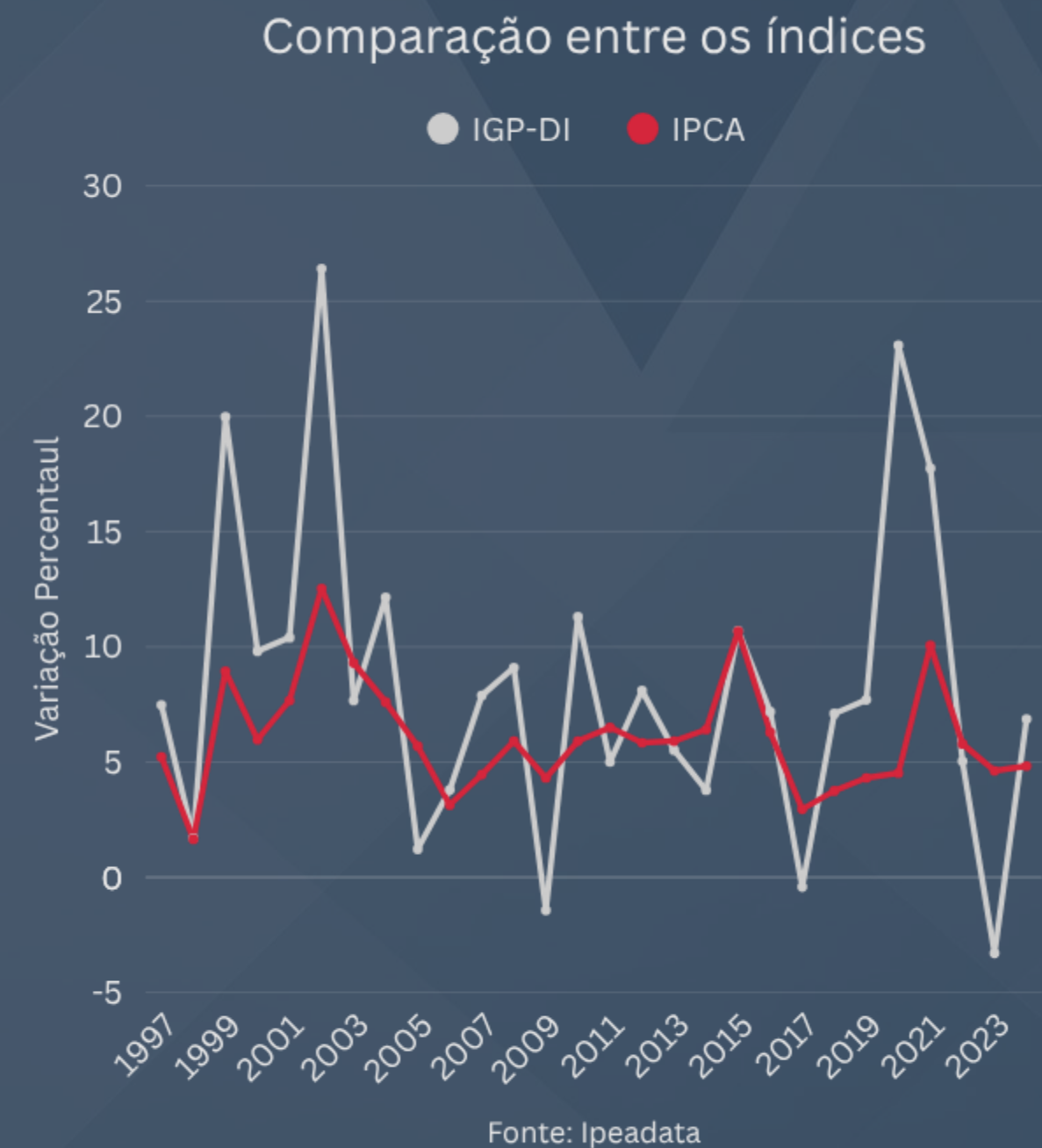
UMA DÍVIDA, DOIS VALORES

O NEPAD DO Sindifisco-MG e AFFEMG contesta que Minas Gerais deve 168 bilhões de reais à União. Estudos mostram que valor real é de 84 bilhões de reais com juros dos de contratos e 15 bilhões se juros for 4% (LC 148/14).



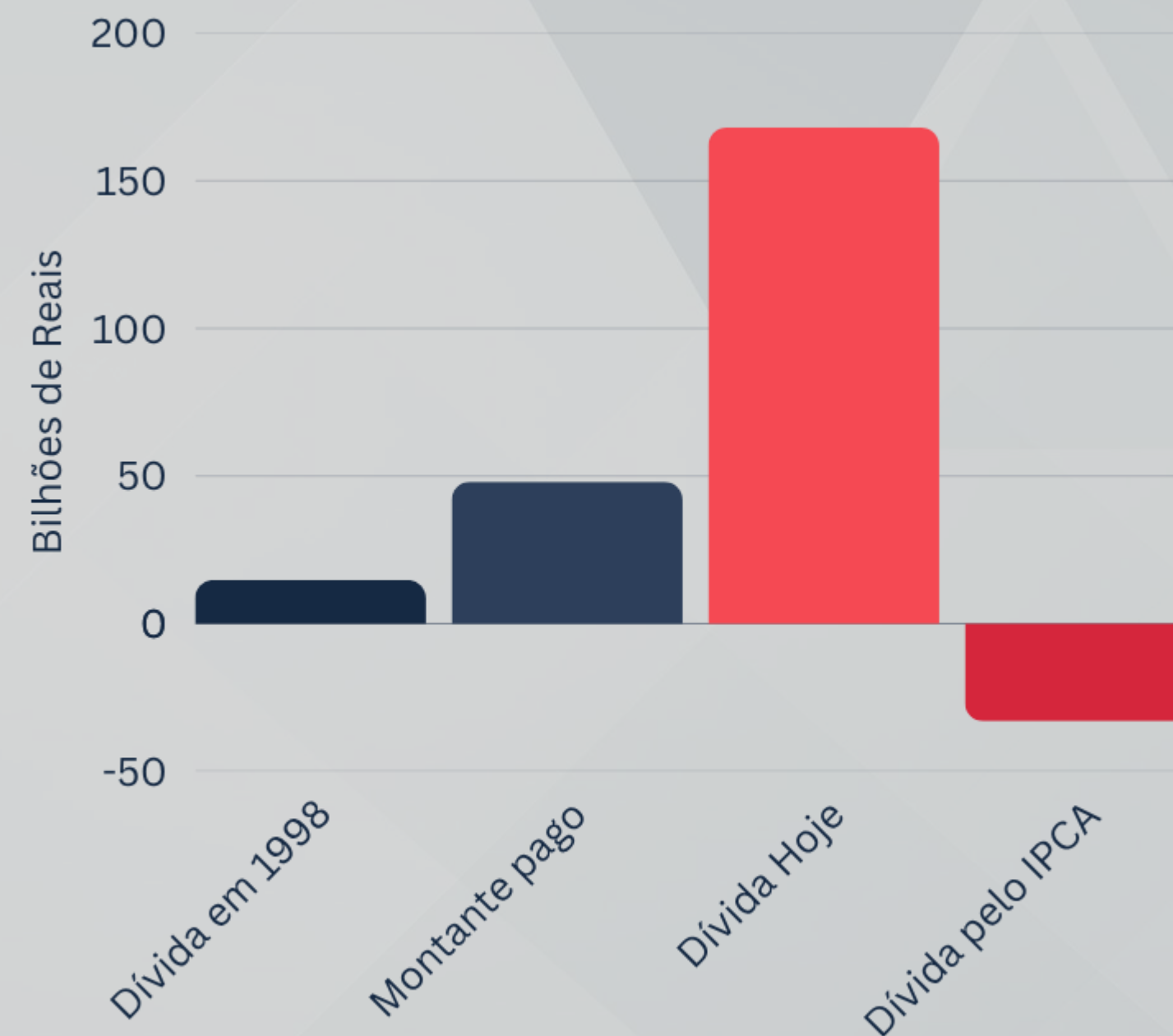
POR QUE A CONTA NÃO FECHA?

- **Contrato Original (1998):** Dívida corrigida pelo IGP-DI + 7,5% de juros ao ano.
- **Mudança Econômica (1999):** Brasil adota o IPCA como índice oficial de inflação.
- **A Distorção:** O IGP-DI, historicamente mais alto que o IPCA, continuou sendo usado, inflando a dívida artificialmente.



A AGIOTAGEM DA UNIÃO: UMA SIMULAÇÃO

- Dívida inicial **R\$ 14,8 bilhões** em 1998.
- De lá pra cá, pagamos **R\$ 48 bilhões**.
- E, hoje, diz-se que devemos **R\$ 168 bilhões**.
- **Simulação do Nepad:** Se a correção fosse apenas pelo IPCA (o ideal para o grupo), Minas teria **R\$ 33 bilhões** a receber da União.





MINAS NÃO ESTÁ SOZINHA

Os outros três estados mais endividados também questionam suas dívidas com base nos mesmos argumentos.

- **Rio de Janeiro:** CPI da Alerj apontou dívida inflada em R\$ 70 bilhões.
- **Rio Grande do Sul:** Seminário na ALRS para debater ação no STF.
- **São Paulo:** Frente parlamentar na Alesp pede auditoria da dívida.



A SAÍDA POLÍTICA PARA O GOVERNO ZEMA

- **Solução do Governo:** Aderir ao Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas). Utilizando da aliena “c” do Inciso II do artigo 5º da LC 212/25;
- **Ganho político:** Manter partiicipações acionarias e com os dividendos aportar recursos no FEF
- . Estudos apontam que, num período de 30 anos, teríamos ganho orçamentário na ordem de 90 bilhoes se comparado a simulação apresentada até hoje na ALMG



MOBILIZAR ANTES DE ASSINAR

O Sindifisco-MG busca apoio para auditar a dívida antes da adesão final ao Propag.

- Atores procurados:
 - Assembleia Legislativa (ALMG)
 - Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG)
 - Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG)
 - Existe disposição da OAB para essa discussão





BATALHAS NO SUPREMO

- **2015-2018:** Estados conseguiram liminares no STF para suspender pagamentos.
- **Resultado:** Pagamentos foram congelados, mas a dívida continuou crescendo com juros.
- **O impasse:** O STF aguarda um consenso entre União e estados que nunca chega.
- **Possibilidade** – Até hoje nenhum estado questionou uso do incide IGPDl





RISCO FISCAL OU CORREÇÃO NECESSÁRIA?

- Alguns Economistas alegaram, no artigo da revista Piauí, que os estudos do NEPAD pode levar risco fiscal.
- **Resposta do Sindicato:** "O verdadeiro risco fiscal está na manutenção de um modelo distorcido e insustentável, que transformou financiamentos em instrumentos de asfixia fiscal."
- O Sindifisco-MG argumenta que ajustar a dívida fortalece a federação e a sustentabilidade dos Estados.





NO CONGRESSO — RESPOSTAS À REVISTA PIAUÍ:

- Reginaldo Lopes (PT): "Na minha avaliação, Minas não tem uma dívida bilionária com a União." Defende a tese da "agiotagem".
- Rodrigo Pacheco (PSD): Autor do Propag, adota postura cautelosa. Diz que sua proposta não entra no mérito do valor e que "cabe a cada ente federativo negociar".



AS DUAS ESTRATÉGIAS

CAMINHO JUDICIAL

Acionar o STF com uma auditoria robusta em mãos. A OAB-MG estuda entrar com uma ADPF.



CAMINHO LEGISLATIVO

Convencer deputados e senadores a aprovar uma nova lei que modifique o cálculo da dívida para todos os estados.





O FUTURO DE MINAS EM JOGO

- A disputa vai além de números: define a capacidade de investimento do estado em saúde, segurança pública, tecnologia, educação e infraestrutura.
- De um lado, a ortodoxia fiscal e a segurança dos contratos.
- Do outro, um movimento por justiça federativa e pela revisão de uma dívida considerada "impagável".
- A decisão sobre aderir ao Propag é iminente e definirá o rumo financeiro de Minas por décadas.
- Essa adesão não passa por entregar as empresas públicas, basta aportar recursos no FEF



Sindi
fisco
MINAS GERAIS

OBRIGADO !